



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ
GABINETE DO PRESIDENTE**

AUTÓGRAFO Nº 059/CMNM/2026

PROJETO DE LEI Nº 053-GP/2026

DATA: 13 de abril de 2026

AUTORIA: Poder Executivo

APROVADO

LEI MUNICIPAL Nº ____, DE ____ DE ____ DE ____.

“Altera a Lei nº 2.015-GP/2023, de 25 de setembro de 2023, que Regulamenta o Sistema de Credenciamentos de Profissionais de Saúde no Município de Nova Mamoré-RO.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Contratar as Entidades Filantrópicas e Organização Social Sem Fins Lucrativos, para a Prestação de Serviços Médicos de Clínico Geral, Especialistas, Enfermeiros e Outros Profissionais na Área da Saúde, para atender as necessidades inadiáveis dos serviços públicos de saúde do Município de Nova Mamoré, no âmbito do Hospital Antônio Luiz de Macedo, das Unidades de Atenção Básica Municipal, demais Unidades de Saúde e Atenção Especializada em todos os níveis de atenção.

Art. 2º A contratação deverá ser precedida de Credenciamento dos interessados mediante procedimento de Chamamento Público.

Parágrafo Único. Credenciamento é ato administrativo de Chamamento Público que visa a contratação em igualdade de condições de todos os



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ
GABINETE DO PRESIDENTE**

interessados que sejam hábeis a prestar os serviços reclamados pela Administração Pública Municipal.

Art. 3º O Edital de Credenciamento deverá especificar o objeto a ser contratado e fixar, clara e objetivamente, os critérios e exigências mínimas à participação dos interessados, respeitado o princípio da impessoalidade.

Art. 4º Deverão ser observados os seguintes requisitos:

I - Dar ampla divulgação, mediante edital publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e demais meios de comunicação, podendo também a Administração Municipal se utilizar, suplementarmente e a qualquer tempo, com vistas a ampliar o universo dos credenciados, de convites a interessados do ramo que gozem de boa reputação profissional;

II - Fixar os critérios e exigências para que os interessados possam se credenciar;

III - Fixar, de forma criteriosa, a tabela de preços que remunerará os diversos itens de serviços de saúde e os critérios de reajustamento, bem como as condições e prazos para o pagamento dos serviços realizados;

IV - Estabelecer as hipóteses de descredenciamento, de forma que sejam imediatamente excluídos os credenciados que não estejam cumprindo as regras e condições fixadas para o atendimento;

V - Permitir o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado que preencha as condições exigidas;

VI - Prever a possibilidade de renúncia do ajuste, a qualquer tempo, pelo credenciado, bastando notificar a Administração, com a antecedência fixada no termo;





**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ
GABINETE DO PRESIDENTE**

VII - Possibilitar que os usuários denunciem qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e/ou no faturamento; e

VIII - Fixar as regras que devam ser observadas pelos credenciados no atendimento ao usuário.

Art. 5º Poderão participar do Chamamento Público as Entidades Filantrópicas e Organização Social Sem Fins Lucrativos para a Prestação de Serviços Médicos de Clínico Geral, Especialistas, Enfermeiros e Outros Profissionais da Área da Saúde, que atuem no ramo de atividade do objeto que preencham as condições exigidas pela Administração e que estejam dispostos a prestar serviços conforme preços descritos no artigo 11, desta lei.

Art. 6º O Chamamento Público para Credenciamento estará aberto pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo, caso haja interesse da administração e com anuência da credenciada, ser prorrogado por igual período, nos termos a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, através de Termo de Aditamento.

Art. 7º A Modalidade de Chamamento Público está embasada no Artigo 199, § 1º da Constituição Federal de 1988, nos artigos 24 e 25 da Lei Federal nº 8.080/90, Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis e matéria.

Art. 8º O processo de credenciamento deverá ser instruído com todas as exigências contidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 9º As contratações vinculadas a presente Lei não geram qualquer tipo de vínculo empregatício entre o Município e o (s) contratado (s).

Art. 10º Para efeito desta Lei, as prestações de serviços serão realizadas por médicos clínico geral, médicos especialistas, como pediatra,





**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ
GABINETE DO PRESIDENTE**

ginecologista, obstetrícia, cirurgião geral, anestesiológico, ortopedista, clínica médica e demais especialidades, conforme necessidade, conveniência e oportunidade da Administração Municipal.

Art. 11º O valor dos Serviços Prestados aos Médicos Credenciados pela Secretaria Municipal de Saúde será o seguinte:

I - Médicos Clínico Geral: com o valor de **R\$ 155,00** (cento e cinquenta e cinco reais) por hora trabalhada, conforme regulamento da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA;

II Médicos Clínico Geral com Especialização: com o valor de **R\$ 165,00** (cento e sessenta e cinco reais) por hora trabalhada, conforme regulamento da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA;

III - Médicos Especialistas: com o valor de **R\$ 175,00** (cento e setenta e cinco reais) por hora trabalhada, conforme regulamento da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA;

IV – Enfermeiros, Fisioterapeutas, Farmacêuticos, Biomédicos, Odontólogos, Terapeuta Ocupacional, Fonoaudiólogo, Assistente Social, Psicólogo, Psicopedagogo, Nutricionista: com o valor de **R\$ 45,00** (quarenta e cinco reais) por hora trabalhada, conforme regulamento da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e Piso da Categoria;

V – Outros Profissionais da Área da Saúde, Técnico de Enfermagem, Técnico em Laboratório e Técnico em Radiologia, Técnico em Saúde Bucal: com o valor de **R\$ 27,00** (vinte e sete reais) por hora trabalhada, conforme regulamento da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e Piso da Categoria;





**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ
GABINETE DO PRESIDENTE**

§ 1º. O credenciamento poderá ocorrer tanto para a realização de plantões quanto para o cumprimento de jornada de carga horária comum de trabalho e a contraprestação pelo trabalho ocorrerá conforme a hora efetivamente trabalhada.

§ 2º. O profissional médico deverá ficar à disposição da Unidade de Atendimento Médico, no setor para o qual for designado, durante todo o período, obrigando-se a prestar os serviços sem limites de consultas/atendimentos e/ou outros procedimentos, de acordo com a estrutura física e condições do local de trabalho.

§ 3º. O profissional médico também deverá realizar remoção de pacientes no âmbito municipal e intermunicipal, quando a situação o exigir.

§ 4º. Os Enfermeiros e os outros profissionais na área da saúde deverão ficar à disposição do Hospital Antônio Luiz de Macedo e/ou as Unidades de Atenção Básica Municipal e demais Unidades de Saúde.

§ 5º. A contratação deverá ser precedida de estudo técnico capaz de demonstrar que os novos valores a serem estipulados estão de acordo com o mercado.

§ 6º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover correção do valor das horas trabalhadas e/ ou carga horária, previstas nos incisos "I" a "IV" deste artigo, através de Decreto.

§ 7º. No caso de o credenciado atingir o limite máximo de horas semanais, devesse a mesma ter disponibilidade de outros profissionais médicos contratados.

§ 8º. A Entidade Filantrópica e/ou Organização Social Sem Fins Lucrativo credenciada deverá observar que cada medico contratado pela mesma





**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ
GABINETE DO PRESIDENTE**

para prestar serviços no Município, não poderão ultrapassar a carga horária de 80 (oitenta) horas semanais;

§ 9º. No caso de a Entidade Filantrópica e/ou Organização Social Sem Fins Lucrativo credenciada atingir o limite máximo de horas semanais, devera a mesma ter disponibilidade de outros profissionais médicos contratados.

Art. 12. Compete à Secretaria Municipal de Saúde disciplinar a estratégia, os procedimentos e os fluxos de cumprimento das horas de trabalho estabelecidas nesta Lei com o fim de garantir a efetividade da sua execução.

Art. 13. O profissional que for designado para executar os serviços pela Entidade Filantrópica e/ou Organização Social Sem Fins Lucrativos contratada, poderá ser acionado pela Diretoria do Hospital Municipal, por médico da equipe médica do Hospital Municipal ou pela Secretaria Municipal de Saúde e deverá, ao ser acionado, atender prontamente ao chamado, comparecendo para atendimento junto à unidade requisitante sempre que necessário.

Parágrafo Único. A recusa injustificada a atender ao chamado do Município de Nova Mamoré provocará a vedação do profissional da prestação de trabalho, sem prejuízo das demais implicações legais, caracterizando-se como abandono de plantão para todos os fins.

Art. 14. A ocorrência ou não de acionamento do médico contratado não provocará efeitos pecuniários na composição do valor da prestação do serviço.

Art. 15. Compete à Secretaria Municipal de Saúde definir quais especialidades poderão constituir, considerando-se a demanda pelos serviços, a complexidade do atendimento, nos termos de regulação específica do Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina e Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia.





**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ
GABINETE DO PRESIDENTE**

Art.16. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento Geral do Município e serão classificadas nas dotações específicas.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em sua totalidade a Lei Municipal nº 2.015-GP/2023.

Câmara Municipal de Nova Mamoré-RO, em 28 de abril de 2026.

ADALTO FERREIRA DA SILVA
Presidente – CMNM





Município de Nova Mamoré

22.855.183/0001-60

Av. Dom Pedro II

www.novamamore.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Autógrafo	Nº 059/CMNM/2026	28/04/2026

ID:	354540	Processo	Documento
CRC:	12A722E9		
Processo:	0-0/0		
Usuário:	JUSCELINO SILVA DE OLIVEIRA		
Criação:	28/04/2026 09:41:38	Finalização:	28/04/2026 09:47:49

MD5: **B134058F5D805B73FA171D8FDFCCBB47**

SHA256: **E8627644FAADAE0272AD99DD7432BC51F42F6790CBE5D4E62379B82C6AA6E11E**

Súmula/Objeto:

“Altera a Lei nº 2.015-GP/2023, de 25 de setembro de 2023, que Regulamenta o Sistema de Credenciamentos de Profissionais de Saúde no Município de Nova Mamoré-RO.”

INTERESSADOS

CAMARA MUNICIPAL	Nova Mamoré	RO	28/04/2026 09:44:05
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ-RO	Nova Mamoré	RO	28/04/2026 09:44:12

ASSUNTOS

PROJETO DE LEI	28/04/2026 09:44:27
----------------	---------------------

CIENTES

JOALDO SANTOS DE SOUZA	28/04/2026 11:31:44
FABIO DOS SANTOS DAS CHAGAS	28/04/2026 11:45:09
ANTONIO BARROSO VIANA	28/04/2026 11:54:30
GABRIELA CARNEIRO MOZER	28/04/2026 11:54:49
ANDERSON MICHAELL MORENO DE SOUZA	28/04/2026 12:05:09
CRISTINA PEREIRA DA SILVA	28/04/2026 12:08:26
JOCIMAR MAULAZ	28/04/2026 12:47:14
MILTON DOMICIANO GOMES	28/04/2026 12:58:06
FLORISMAR BARROSO RODRIGUES	28/04/2026 15:35:07

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	ADALTO FERREIRA DA SILVA	PRESIDENTE DA CÂMARA	28/04/2026 11:29:08
--	--------------------------	----------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 7.948/2024.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novamamore.ro.gov.br informando o ID 354540 e o CRC 12A722E9.